

**RELATÓRIO DA
XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUAMA, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2025,
NO CENTRO PASTORAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

O Conselho Municipal de Saúde de Araruama, através da RESOLUÇÃO Nº 190 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025, QUE CRIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA XI CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA PARA AS PROPOSTAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE-PMS(2026-2029) composta pelo conselheiro e Presidente Pedro Reimburg dos Reis Calderim - representante dos usuários; conselheiro representante do governo, Mary Lane Cruz Madureira; conselheiro (Coordenador) Juarez Rodrigues da Silva - representante prestador de serviços; Conselheira Ana Clara Viegas Siqueira dos Santos, representante dos profissionais de saúde; conselheira Érika Pires Melo Teixeira - representante dos profissionais de saúde; conselheira Cíntia Cabral Vargas Torres - representante dos usuários; David Borges de Pinho Neto - representante dos usuários; conselheiro Leonardo Pereira de Oliveira - representante dos usuários; conselheiro Manoel Jesus da Silva - representante dos usuários; conselheiro Renato Drunont Lage - representante dos usuários. Realizou a XI Conferência Extraordinária Municipal de Saúde no município de Araruama, no dia 14 de março de 2025, com o tema **"Garantir Direitos e Defender o SUS"**. Reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde; autoridades convidadas de âmbito Estadual e Municipal; imprensa e a comunidade Araruamense, para a abertura da Conferência. A mesa foi composta das seguintes autoridades: O presidente do Conselho Municipal de Saúde; Pedro Reimburg dos Reis Calderim; o Secretário Municipal de Saúde, Fabrício Simões Veloso; a Subsecretária de Saúde, Cláudia Nazaré do Amaral Tavares; a presidente da Ordem dos Advogados, Sr^a Rosana da Conceição Jardim Pinaud; e o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Araruama; Luis Marcel Loureiro Motta. O Secretário Municipal de Saúde, Fabrício Simões Veloso, cumprimentou a todos e inicia sua fala: "é com muita satisfação que venho aqui hoje representado a prefeita Daniela Soares e que estamos muito comprometidos e avançando na qualidade dos atendimentos mais humanizados aos pacientes em suas demandas, com diálogos e de uma forma bem simples que venhamos fazer. Neste dois meses a frente da saúde, já avançamos, principalmente na realização de exames. Só neste dois últimos sábados realizamos mais de duzentos exames e na parte da Regulação Médica para que a pessoa não precise de ir e vir na secretaria para agendar as suas marcações, Nós estamos descentralizando e justamente estamos facilitando a vida do paciente e no prazo de mais ou menos, daqui umas três semanas já estaremos fazendo pelo serviço de "WhatsApp". Os exames, serão de forma de tecnologias e digitais, facilitando as pessoas de ir e vir ao centro. E então, conte com a gente! Que nós não estaremos medindo esforços e para poder cada vez mais melhorarmos". Em agradecimentos à todos, e dando um muito obrigado, passando a palavra para a subsecretária de saúde, Cláudia Amaral, que cumprimentando à todos, inicia sua fala: "Eu como profissional de saúde, é uma honra estar participando da XI Conferência Municipal de Saúde. Já tive o prazer de participar de outras conferências em nosso município. Eu, como grande lutadora do SUS, tenho muito orgulho em participar e, hoje, temos grandes cabeças aqui pelo que estou vendo e que lutam pelo SUS. Contra todo este desmonte que nós estamos vendo em nosso País. Então, espero que todos tenhamos um dia proveitoso, que saiam grandes ideias para melhorar a nossa cidade e que tenhamos um bom proveito". Passando a palavra ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Pedro Reimburg dos Reis Calderim, inicia sua fala: "Agradeço por este momento, a presença de todos e a nossa equipe do conselho municipal de saúde. Estamos realizando a XI Conferência, que tem o objetivo de propôr diretrizes, objetivos, metas e ações a serem inseridas ao Plano Municipal de Saúde 2026/2029. Espero, que seja uma conferência bem produtiva e que nos traga frutos para o nosso Sistema Único de Saúde". Agradece a todos com muito obrigado, passando o uso da palavra a Sr^a Dr^a Rosana da Conceição Jardim, presidente da OAB, em cumprimento a todos, a mesa e o Presidente do Conselho, inicia sua fala "é um prazer imenso de estar aqui hoje com a sociedade civil, com os representantes das entidades com suas atribuições. Este é um momento muito importante e, como entidade da nossa 28ª subseção OAB - Araruama - RJ, também participando deste momento único junto a saúde do nosso município por termos defensores do direito do Estado Democrático Direto e também de estarmos aqui com vocês junto a população, também contribuindo a este fórum e de estar aqui me pronunciando e representando a nossa instituição que hoje tenhamos grandes progressos junto a esta conferência de forma que possamos trazer a sociedade, os municípios, a questão da nossa saúde. E agradeço a todos. Muito obrigada!" Passando o uso da palavra ao Sr. Luis, presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Araruama, cumprimenta a todos, agradece e inicia sua fala: "Sou presidente do sindicato há sete anos e sou, também, servidor de carreira há vinte e três

anos, para quem não me conhece. Hoje, estou tendo o prazer de conhecer o secretário de saúde, e quero deixar registrado aqui que o nosso desejo enquanto entidade, Sindicato dos Servidores do Município de Araruama, ao secretário que assumiu a pasta aproximadamente há dois meses, muito sucesso nesta caminhada. Parabéns a subsecretária Claudinha, que está junto e eu tenho certeza que Cláudia Amaral dará todo suporte com sua experiência. Claudinha tem uma bagagem muito grande, de muitos anos na secretaria de saúde e dentro do serviço social de nosso município e nosso estado também. E venho parabenizar o Conselho Municipal de Saúde por esta parceria. Conheço o Conselho há muito anos. Desde que eu conheço viemos fazendo um trabalho com muitas dificuldades, mas também muito afincado para que a saúde de nosso município possa atender de ponta a ponta a nossa população e aqui também aproveitar para pedir que o conselho, a secretaria municipal, a gestão da prefeita Daniela Soares, possa, também, estar cuidando da saúde da população e cuidar da saúde dos nossos servidores. Muito obrigado pelo convite por estar compondo esta mesa". A cerimonialista Danieli Correia Braz, efetuou a leitura do regimento interno da conferência, após a mesa das autoridades será desfeita. Convidamos para compor a mesa técnica o presidente do conselho, o Sr Predro Reimburg dos Reis Calderim, para mediar a mesa; como mediadora Ana Clara Viegas; o secretário desta conferência, Rômulo Martins Barros e convidamos a Sr^a Mary Lane Cruz Madureira, para falar sobre o tema: **"Garantir Direitos e Defender o SUS"**. A conselheira Ana Clara Viegas, antes do tema, pediu a palavra para fazer uma explanação sobre as rodas de conversas que foram realizadas antes da conferência em visitas nos distritos do nosso município. Cumprimenta a todos pela participação desta conferência. "Foi uma alegria muito grande o conselho municipal de saúde ter sido convidado em fazer parte da elaboração do Plano Municipal de Saúde. Porque foi a primeira vez na história que isto acontece. E passando pelos distritos, nós colocamos em prática, também, que era fazer o conselho itinerante. Então, rodamos nos distritos e no começo achamos que não seria possível, mas através desta conferência vimos que sim, que isto é possível. Participamos das rodas de conversas e pegamos várias demandas. Tiveram demandas como: Presença de Ambulância 24 horas nos postinhos; visita de agentes de saúde e, por outro lado, pacientes reclamando que não recebem visitas dos agentes de saúde; e do outro lado você tem um grupo de funcionários que estão exaustos e tendo desvio de função que estão fazendo tarefas administrativas que faltam funcionários nos postinhos. Tivemos outras demandas que já foram levadas ao secretário de saúde e foram sanadas. Desde o começo ele se mostrou uma pessoa disposta e articulada e essas pequenas questões ele já resolveu, mas eu não deixaria de falar da minha visita a Sobara. Quando você pega a lei do SUS, lá no começo, e diz que definição de saúde é muito mais que um estado físico e mental, ele é multifatorial, causal, esporte, educação, alimentação, acessos a bens e serviços, e ao lazer. E como a população de Sobara pode fazer isto se a estrada impossibilita o direito de ir e vir. Que é um direito constitucional previsto em lei. Porque quando a estrada de Sobara lava, nós sabemos que há um impedimento para o postinho e da escola. Eu não estou aqui falando da educação básica. Como a população faz uma faculdade, fica difícil se locomover, acesso a bens e serviços, o planejamento para fazer a compra do mês que interferindo diretamente na alimentação, falta algum tipo de emergência. Eles não tem o hábito de ir e vir e, ao meu ver, esta dificuldade também. Vou falar do lazer e de uma fala de um amigo. Eles clamavam por um ônibus às cinco horas da manhã para poder trabalhar, então quer dizer que entendo quando a gente ocupa o indivíduo com necessidades básicas, ele não se permite pensar além. Mais não é porque ele não quer. É baseado na pirâmide de "Maslow". Primeiramente, ele satisfazer as suas necessidades fisiológicas básicas, subindo de acordo com os seus níveis de satisfação. Então, me pergunto se a população de Sobara só serve para vender a sua força de trabalho? Uma região que sabemos Quilombola histórica, de resistência e luta, e por muito tempo é ato de resistência de exploração dos corpos negros da força de trabalho, conforme que eles só servem para viver da força de trabalho. Olha só que ponto delicado que nós encontramos aqui?! Quer dizer que as crianças de Sobara não tem direito a participar dos eventos bonitos do dia das crianças, natal que acontecem aqui no centro da cidade, feira literária, casa de Cultura, que voltou a funcionar? E o lazer é uma vertente da saúde, e seria uma hipocrisia minha chegar aqui e não falar isto, baseada na minha vivência na participação que tive na ONG Raízes, presidida por meu primo Ruam; participar da ONG Gethon, em Saquarema, presidida por meus cunhados; e por toda minha história individual. Seria hipocrisia eu não resaltar estes fatos, mas seria uma injustiça aqui eu enaltecer que vejo e acredito na gestão, neste momento. Ela está aberta ao diálogo, eu acredito no trabalho do secretário Fabrício, ele tem demonstrado acessível, disposto, esforçado e acredito na minha equipe de conselheiros e amigos todos capacitados, influentes dispostos. Nas palavras dos meus amigos de Praia Seca, que juntos somos mais fortes, e o SUS é para todos. Em agradecimentos a todos." Com a palavra, a palestrante Mary Lane Cruz Madureira, "cumprimenta a todos e agradece que todos sejam bem vindos a nossa Conferência Municipal de Saúde. Fico feliz em ver aqui a população participando, profissionais de saúde participando. Ontem a noite, eu debruçei sobre o tema voltado para esta temática que é o tema: "Garantir direitos e defender o SUS" e a construção do plano municipal de saúde 2026-2029. Para a nossa Conferência, vou expor sobre alguns apanhados em relação a discussão desta conferência. Eu vou me apre-

sentar: meu nome é Mary Lane, hoje estou aqui como professora e coordenadora do curso de gestão hospitalar e do curso do serviço social da Universidade Veiga de Almeida. Sou docente e tenho contribuído com os colegas na organização da conferência, na comissão organizadora. Os conselheiros fizeram uma grande mobilização popular indo até os territórios dos cinco distritos da cidade de Araruama, estando próximo da população e possibilitando o controle social e a escuta da população no seu território com as suas especificidades. Então, este é um resultado de um trabalho bonito de se ver, do comprometimento de cada conselheiro, da comissão toda e estarmos apresentando esses resultados. Na semana passada, o Ministério da Saúde fez uma fala nas redes sociais se posicionando em defesa do SUS. A frase "Que Mico é Este!". O Ministério da Saúde promove esta campanha para nós pensarmos no SUS e pensarmos nessa frase que é mentirosa: "só fala bem do SUS, quem não usa o SUS". Hoje, é a nossa grande conquista e nosso grande marco teórico se pensarmos um poquinho sobre a construção da Política Pública de saúde do nosso Brasil. Pensar a Política Pública de saúde como garantia de direito, garantia do SUS e toda participação popular no sentido de termos uma política pública. Se formos pensar um pouco, antes da Constituição de 1988 e, também me coloco nesta situação, quem tinha direito a saúde pública no nosso Brasil?! Quem tinha a cidadania regulada, ou seja, quem tinha a sua carteira de trabalho ou, como ele mesmo fala, quem tinha a certidão de nascimento cívico que é questão da regulação da profissão ter a carteira de trabalho e era para todas as categorias de profissionais de trabalho, não era. Na verdade, tinha a garantia ao direito da saúde, somente algumas categorias profissionais. Então o SUS veio, na verdade, trazer a universalidade de acesso. E uma frase emblemática que do Sérgio Rouco, que é uma pessoa de referência, que se discute sobre Saúde Pública no Brasil e que ele traz é o seguinte: "Que o SUS é a sociedade que somos". Pensar em relação a Constituição é o direito constitucional, o SUS é um direito nosso e realmente temos que defendê-lo. Precisamos garantir e defender o SUS, pois é um direito Constitucional. Como uma política social pública, o SUS é universal! Para todos! Todos tem direito! Todos tem acesso como toda legitimidade e condição de um processo histórico de Constituição! Por isso, é importante construir o Plano Municipal de Saúde 2026-2029. Precisamos ouvir a população, o SUS. O SUS é fruto de um momento histórico que tem os movimentos sociais, profissionais de saúde, estudantes, nessa conquista histórica de mobilização social que culminou na VIII Conferência Nacional de Saúde. Pensar em saúde é pensar neste processo que foi fundamental e, enquanto um marco constitucional, tem a Lei. Nós não precisamos contribuir para a previdência social para termos as garantias. Antes da Constituição de 1988, temos os princípios, e o SUS é nossa referência; e tem o princípio da universalidade que é o direito de todos e dever do Estado. Por isso, sabemos que ele não é perfeito e sabemos que temos a cobrar. Ao falar de equidade, precisamos na verdade de ações diferenciadas, garantias para os povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, as pessoas com deficiência, ou seja, nós precisamos garantir a equidade para o acesso a população. Vamos falar da participação social, na descentralização, fundamental a participação social, estimule, fortaleça a participação da população, a especificidade local ela precisa ser vista as necessidades de saúde, elas precisam ser vistas por bem, o conceito de saúde ele é ampliado. Saúde não é ausência de doença, saúde é bom saneamento básico, saúde é você ter emprego, é ter outros determinantes dos processos. Cada ente federado tem uma função dentro do sistema. O município é quem executa o SUS e assim que acontece a execução da política das diretrizes e princípios previstos em lei. O SUS é o maior sistema de saúde público do mundo por tem uma rede de saúde que envolve a integralidade e dentro desta rede a nossa principal porta de entrada, a referência de saúde que o Estado tenta reorganizar. O cuidado é a rede de atenção primária porque precisa trabalhar a promoção e prevenção, pois isto é fundamental. Isto não sou eu que estou falando, são os estudos. São pessoas com conhecimentos, uma outra coisa de garantias de direitos. Defender o SUS é preciso porque a maioria dos brasileiros não tem o acesso ao Sistema Nacional de Saúde, as pessoas de cada dez dos brasileiros depende exclusivamente do sistema, isso dentro de quase trinta milhões de pessoas; um outro dado que 69,7 pessoas não possuem plano de saúde privado, eles dependem exclusivamente da oferta e das ações do SUS, do sistema público de saúde. E, temos outros dados, também, que coloquei SUS, onde nós colocamos garantias e defender o SUS é preciso e pontuar duas coisas que são importantes; primeiro que temos a saúde da família, que temos oitenta por cento de milhões de habitantes, ou seja, a atenção primária de saúde ela corresponde a cinquenta e seis por cento dos serviços usados do SUS em relação a atenção básica em saúde. Os mais de cinquenta mil agentes comunitários de saúde nas totalidades dos municípios e temos outros dados, e o importante, também, é sobre o Programa Nacional, sobre Humanização, e temos uma referência que temos em abrangência e cobertura em relação ao SUS e de garantia e defendê-lo é preciso, porque precisamos da responsabilidade da Vigilância Sanitária em fiscalizar alimentos; e a questão dos medicamentos ele também tem como garantir e, também, trago algumas reportagens que ontem foi publicado como defender o SUS como direito. Primeira questão, tomou vacina isto é uma política do SUS. A participação da sociedade é fundamental para que fortaleça a garantia e os direitos. Temos também que criar as estratégias para os desafios e que colocamos as nossas necessidades de saúde e que apresentamos,

também, propostas para estas necessidades dos diálogos que ele é fundamental e importantíssimo para qualquer construção de políticas públicas e o controle social, ele é garantir os direitos na legislação e o Direito Constitucional. Existe uma Lei que rege o controle social na 8142/90, enquanto processo de democracia participativa. O SUS faz parte do Estado Democrático de Direito. E trago umas considerações dos debates dos grupos que serão formados, ele faz parte do Estado democrático de direito em que nós vivemos, primeiro é preciso nos fortalecer como uma política social pública, lembra do conceito ampliado de saúde que não adianta estar sempre em mente e não adianta nós estarmos amparadamente se eu não tenho os representantes sociais necessários para garantir minha saúde, Então, a saúde vai estar abalada e se não investir na qualificação dos profissionais de saúde, é fundamental. Temos que valorizar o profissional de saúde, ampliar as ofertas em serviços, em ações, pensar nas especificidades de cada território e especificidades locais, justificar as necessidades de saúde, fortalecer o financiamento adequado e garantir o financiamento, ampliar as equipes multiprofissionais na APS, pensar, também, na saúde bucal, na saúde mental, promover políticas de tecnologias e informações, o prontuário eletrônico é fundamental em se pensar um pouco e relação a informatização; os indicadores de saúde e seu monitoramento e defender os princípios do SUS. Esta é a minha contribuição hoje, e obrigada por me ouvirem; fico feliz por poder contribuir e estar participando deste momento importante e agradeço a todos". A conselheira Cintia Cabral vai moderar as perguntas: Ela agradece a todos pela presença e neste momento, "vamos estar abrindo que vocês direcionem algumas perguntas para Mary Lane Madureira, conselheira e organizadora, que está presente para facilitar todo entendimento e nos ajudar da melhor maneira os trabalhos que vão seguir. Então, a princípio, nós pensamos assim, em dez perguntas. Mas se alguém já tiver alguma em mente pode escrever e me entregar para encaminhar as perguntas para a Mary Lane e lembrando que as perguntas serão cotadas para o tema da nossa Conferência Extraordinária dos três eixos que serão trabalhados e nós vamos fazer o possível para responder todas as perguntas e nos temos um cronograma para funcionar tanto para vocês e para nós a cumprir e vou pegando e lendo e transmitindo aqui ao microfone que possamos ouvir e passando aqui para que possamos respondê-las. O convidado senhor Messias Neves pede a palavra para perguntar: "gostaria que possa me responder em relação a sabatina das duas que falaram com muita grandeza as palavras e gostaria de fazer uma observação em relação a Constituição, que em seu art. 5, ele na prática não é respeitado na sua forma íntegra e no Art. 198, da Constituição Federal, que se examinar na realidade e na prática é eloquente. No meu ponto de vista, não sou contra a escrita, eu gostaria de esclarecer a senhora falou uma coisa bem predominante, inclusive existe um problema lá em Sobara, naquela região que fica largada e temos um problema sério, inclusive em São Vicente, eu venho lutando para poder implantar aqui uma ideia de um sistema de tratamento de Câmara Hiperbárica, que a maioria aqui provavelmente são enfermeiras gabaritadas, que eu não estou falando grego, estou falando uma coisa que mais lamentavelmente a Câmara Hiperbárica que tem em Araruama ela não é beneficiada para as pessoas daqui e muito pelo contrário. Aqui que existe particular e beneficia; Iguaba, Búzios, e aqui em Araruama uma por vez e já falei com os vereadores para fazer um projeto lei, porque qualquer pessoa possa fazer uma ideia de lei e que as pessoas tomem consciência disso". A Conselheira e palestrante Mary Lane pede a palavra e informa que "para organizarmos um pouco e que todos vão ter direito a fala nesta plenária e que é importante com as trocas e vivências nos grupos temáticos da XI Conferência. Que considera pertinente a discussão sobre os Direitos Fundamentais a Saúde. Isto é uma coisa importante para ser tratada. Os grupos é o momento das oportunidades da fala do que se colocar e se dialogar, e com a palavra em que gosto muito. A convite para participar da mesa técnica, a Subsecretária Cláudia Amaral", e agradece. A conselheira Cintia, comunica que já recebeu as perguntas: "Quais as políticas Públicas para a saúde da dependência química" com uso de drogas que afeta a segurança da família e outros; e como a sociedade pode ajudar". "Então a pessoa quer saber sobre as políticas públicas e voltadas para os atendimentos destas questões". A palestrante e conselheira em resposta: "Em relação ao uso de álcool e drogas, nós temos de encontrar as políticas públicas do Ministério da Saúde; temos a parte de assistência social, ela tem alguns dispositivos, o CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas - é um dispositivo que a gente vêm ter o credenciamento ao Ministério da Saúde, que exigem alguns critérios e algumas regras para ser credenciado. Esse programa está inserido no Plano de Saúde com diretrizes em relação aos cuidados aos usuários com uso de álcool e drogas, e está ao encontro da política ministerial. Precisamos pensar a política de saúde e o acolhimento aos usuários enquanto ao território e a responsabilidade sanitária de saúde é de todos. Então, em relação a pergunta, é isto; e temos esta proposta de implementação dentro do CAPS-AD". A Coordenadora Selma dá uma complementação a resposta e informando que "tem o CAPS da saúde e o CAPSi, e o CAPS da infância juvenil ambos são para os atendimentos aos usuários, portas abertas para os usuários. Nós temos muitos utilizando, estamos trabalhando na redução de danos, usos excessivos de drogas, conto com os familiares e sociedade. Como nós já fazemos este trabalho e que a gente quer é ampliar estas propostas nos CAPS-AD, que vai para cuidar da saúde dele, que vai acontecer, e plano de aceleração ao crescimento. Nós fizemos uma proposta para esta nova gestão e estamos empenha-

dos para implantar, e acredito que saia ainda em 2025 ou 2026 vai sair. E já existe um planejamento para acontecer". E a conselheira e palestrante, Mary, informa "para ser discutidas no grupo e que temos um eixo chamado rede de atenção a saúde". A conselheira Cíntia pede a palavra e formula a próxima pergunta: "Pessimos gestores usam a moeda como política, furam filas, cirurgias e etc... e quando são denunciados quase nada acontece o que fazer nesta situação". A conselheira e palestrante Mary "acho que a gestão do SUS, que precisamos pensar enquanto lei. Não podemos ter gestores do SUS, em forma geral, que vai barganhar ou fazer troca por serviços, e a gestão do sistema único de saúde ela tem que ser técnica. Hoje, vimos aqui elogio extenso a subsecretária de saúde, a Sr.^a Cláudia Amaral, elogios extensivos ao secretário de saúde, o Sr.^o Fabrício Veloso Simões, e no sentido mesmo de ter uma equipe técnica e as pessoas que estão na ponta, são os profissionais que estão na área de serviços de saúde, estão comprometidos e de forma para acabar com isto não tem como ficar no bate boca e, sim em pensar em uma gestão técnica e isso é importante, porque esta questão da qualidade, da barganha que é de caráter e índole". O conselheiro Pedro pede a palavra e informa que a "subsecretária vai falar e dar ciência sobre o que vem acontecendo e bem visto". A Conselheira e Subsecretária Cláudia Amaral pede a palavra então "uma grande força da nossa prefeita em que lutemos contra isto e que lutamos para que todos tenham os mesmos direitos, independente de ser alguém ou não. O Nosso pensamento, ou seja, vem a reguladora. Nós vamos até verificar o nosso paciente para uma informação mais precisa, mas não partimos deste princípio e vamos lutar contra isto e teremos que fazer, pois é inerente a toda nossa sociedade, principalmente no SUS do Brasil inteiro e outros municípios. Isto é uma prática coerente pela força do poder político e o importante aqui falar que isto não vai acontecer e isto acontece, sim. Semana passada vivemos isto. Não sei se tem alguém da regulação da UPA, e quase apanhei da família do paciente que a nossa regulação direcionou ela para um hospital de referência de coração; Hospital Laranjeiras, e eles queriam em Cabo Frio. Mas esta regulação não é para o município de Araruama, eles não vão entender e ainda por cima ela foi direcionada para lá. Pois, que agente lute! Eu sou funcionária da saúde, assistência social de formação, e gestão na Fundação Getúlio Vargas, e eu prismo pelos direitos do paciente e na gestão de Daniela Soares é de direito de quem esta lá na fila". A conselheira Cíntia; pede a palavra e informa "como profissional de saúde de atenção básica e até hoje observo que a maior dificuldade é a continuidade no atendimento e tratamento e sendo necessário em esperar até seis meses para realização de um exame. E dependendo, as vezes, de um agendamento mais especializado e tende também do trabalho dos servidores de atenção básica não é reconhecido. E gostaria de saber da mesa o que pode ser feito e o trabalho dentro da atenção básica do paciente de ficar indo e voltando e não conseguindo quanto o referente atendimento, e se tem algum projeto, sistema em relação a melhoria da vida para esses profissionais de saúde. A outra pergunta: que aqui foi amplamente dito durante a conferência que sobre o papel da Constituição Federal de 1988, na implantação do SUS. Não há o que se discutir da importância em relação ao servidor público no funcionamento do SUS, em Araruama. Como pode o serviço público ser dirigido por um estatuto que é anterior da Constituição Federal de 1988? Referente ao poster apresentado sobre a fala que o SUS não é só para o que não pode pagar, em contra partida ao plano de saúde. E como um acidentado hoje tem seu primeiro atendimento na UPA, onde será primeiro avaliado, porém nós profissionais de saúde reconhecemos que, infelizmente, o atendimento é precário no tange a questão da capacidade definitiva dos profissionais põe atendimento com falta de capacitação técnica e adequada com o ortopedista de plantão e, mais importante, muita demora no atendimento. Sugestão: Art. 198 tem que funcionar na prática. Art. 5, funcionar na prática e a Lei tem que ser cumprida e qual a probabilidade do Conselho Municipal de Saúde, no relatório desta conferência, relatar as propostas. Nas últimas dez conferências que não foram postas em prática ainda e, inclusive, divulgando a sociedade. A carga horária dos médicos de 20 horas semanais, ou seja, 5 horas em 4 dias, mas não é o que a sociedade vê acontecer. Como o secretário de saúde pode intervir e mostrar que os médicos estão cumprindo carga horária. A conselheira Cláudia informou a quem questionou a ortopedia na UPA, "infelizmente em relação ao quadro que compõem a UPA, só pode ter clínicos e pediatras. E a UPA é padronizada e já tentamos colocar sobre aviso, que é bem vista e iríamos colocar ortopedista e clínico geral. E estamos estudando de que maneira entrariam sem o sobre aviso e dessa maneira vamos priorizar esses dois especialistas pensando na saúde, e pela formatação da UPA, só existe clínico e pediatra". O conselheiro Pedro faz uma colocação a respeito das propostas que eram encaminhadas no passado e "hoje nós temos uma equipe que, justamente para o quadriênio 2026-2029, e todo ano nós vamos fazer um levantamento a respeito das que não foram concretizadas e notificar a secretaria de saúde. Durante os planos anteriores e depois elas serão revistas para que elas possam ser colocadas e reavaliadas para o novo plano municipal de saúde de 2026-2029. E vamos ser mais objetivos para serem cumpridas. A conselheira Mary fala sobre "a importância das legislações e implantar, que ela serve como parâmetro, para pensar mesmo na política de saúde. Como eu falei anteriormente, que o SUS ele é privado e temos que questionar as questões que são colocadas aqui das continuidades e assistência em saúde na fragmentação no cuidado em saúde. São questões que tem que ser colocadas e de que formas podem ser melhoradas. O SUS ele

não é perfeito e, sim um sistema público que é referência e se ele é para todos e todos entes federados, bem como profissionais de saúde e usuários, e tenhamos que dar continuidade...” Dando continuidade a conferência, a conselheira Mary Lane cumprimenta a todos dando uma boa tarde e retornando a mesa para divisão dos grupos dos trabalhos, e convidando, também, os colegas conselheiros. “Então, nós estamos no momento agora, quem são os relatores dos grupos: Do Direito à Saúde, Cláudia Perdiz; e quem é o relator do grupo II – Adriano Geron; relator do grupo III, Ana Clara. Então, vamos falar como vai ser a dinâmica neste momento. Eu vou passar as falas dos relatores dos grupos e cada um deles vão estar falando das suas propostas. Primeiro é só falar do eixo e depois as propostas. Durante a leitura das propostas de cada relator, vocês podem estar escrevendo em papel o que vocês acharem de ajustes para os destaques e pode estar complementando em relação as propostas feitas no grupo. No final da fala de vocês e de uma forma geral, elas vão estar anotando e no final nós vamos sistematizar e vamos pegar todas e colocar em votação aos conselheiros. Mais quem vota são os delegados, e vou passar a fala para o **grupo I**”, Eu sou Cláudia Perdiz, nossa coordenadora foi a Mariana, mas ela pediu desculpas e teve que sair, O nosso grupo foi o “Direito a Saúde”, e nós decidimos e atuamos ativamente, todos participaram e tiramos como sugestão: item 1- Ampliar dentro das unidades Hospitares já existentes, a capacidade de internação, procedimentos e cirurgias, garantindo a população acesso integral e universal. Item 2- Garantia do servidor do município, independente do vínculo trabalhista, valorização profissional e salarial, revisão do estatuto do servidor e educação permanente, garantindo a capacitação profissional e especializações continuadas. Item 3- Ampliação no município das políticas da pessoa negra, tendo um direcionamento voltado as crianças atípicas, marcação de consultas, acompanhamento com especialistas e garantia de direito. Item 4 – Implantação no município do CAPS AD e consultório na rua. Item 5 – Implantação efetivo do SAMU no município. Obrigada a todos...” Em seguida, o senhor Adriano Geron cumprimenta a todos, “sou coordenador do programa das pessoas idosas, e apresento as propostas do **grupo II** e sobre a atenção à saúde com um debate externamente ouvido e saíram quatro propostas com um horizonte e extremamente extratêgicos; a primeira proposta: promoção de educação em saúde e educação permanente na linha de cuidados do SUS; a segunda proposta: construção de um fórum intersetorial permanente trimestral; a terceira proposta implantação de um programa estratégico por exemplo, consultórios na rua, melhor em casa; quarta proposta: fortalecimento e ampliação de informatização nos equipamentos de saúde, conectividade e atualização, criação de sistema visando o atendimento em saúde e este é o resumo do grupo e agradecimentos a mesa e a todos...” A conselheira Ana Clara Viegas cumprimenta a todos e apresenta o **grupo III** e “as nossas propostas foram: 1- Conselho Itinerante, com formação e educação popular; 2 – Divulgação de datas e eventos em redes sociais e no portal da transparência e transmissão ao vivo das reuniões; 3- Garantir o acesso à utilização dos recursos destinados ao CMS para utilização da estrutura física como carro disponível, acesso a tecnologia como computadores, tablets, câmera, para que favoreça ação informativa a população; 4 – Auxílio transporte para facilitar o acesso dos conselheiros às reuniões ordinárias e extraordinárias; 5 – representatividade, acessibilidade e inclusão dos Distritos, as reuniões do Conselho”. Com a palavra, a conselheira Mary, elogia as propostas que foram colocadas na conferência pelos grupos e pergunta se teve algum **destaque** para complementação para o Plano Municipal de Saúde 2026/2029. **Do grupo I**- Valorização profissional, capacitação, crianças especiais, ampliar a capacidade de produção e cirurgias, CAPS AD e consultório de rua, SAMU. **Grupo II**- Educação saúde permanente, Fórum Trimestral, melhor em casa, consultório na rua e informatização dos equipamentos de saúde. **Grupo III** – Conselho Itinerante, formação popular, internet divulgação e recursos ao CMS e auxílio transporte para conselheiros e, logo, foi colocada em votação e todas foram aprovadas pelos delegados presentes. Logo em seguida, teve a apresentação do senhor Jomar, finalizando com uma poesia sobre conscientização e “esperamos que aqui com as metas discutidas nesta conferência sejam posta em prática em nosso município para o bem estar de todos os nosso municípes e demos por ecerrada a nossa conferência”, que consta na folha do livro nº15, com a participação de cento e nove partipantes e agradecendo a presença de todos os conselheiros, palestrantes, os convidados, os visitantes, toda equipe técnica, equipe de cerimonial, Dani Braz, e o espaço cedido pela Igreja São Sebastião e os colaboradores.

Pedro Reimburg
Presidente do CMS/AR

